

O PAPEL DA GEOGRAFIA ESCOLAR NO CAMPO PARA O FORTALECIMENTO DO CAMPESINATO NO MUNICÍPIO DE GOIÁS¹

Francilane Eulalia de Souza²
Bernardo Mançano Fernandes³

RESUMO

O objetivo dessa pesquisa é saber se as escolas situadas no campo estão trabalhando com o ensino, especificamente, o de Geografia, que valorize o modo de vida camponesa. Para tanto, o ponto de partida são as escolas Família Agrícola de Goiás (EFAGO) e as escolas polos municipais: Olimpya Angélica de Lima, Terezinha de Jesus Rocha e a Holanda, localizadas no município de Goiás – GO- Brasil. Para a efetivação da pesquisa, estão sendo realizados levantamentos e análises de fontes bibliográficas ligadas ao objeto de estudo, pesquisas em fontes de documentação indireta (pesquisa documental: arquivos públicos, particulares, fontes estatísticas e não escritas) e, ainda, a documentação direta (pesquisa de campo, com uso de roteiro de entrevistas ou questionários, observação, coletas de informações através de atividades de pesquisa e da história de vida dos envolvidos no processo de escolarização no campo). No decorrer da pesquisa, foi possível constatar, dentre outros elementos, que essas escolas possuem disparidades e fragilidades no ensino de Geografia, sendo o cotidiano do aluno pouco valorizado no processo de ensino desse componente. Essa pesquisa possibilitou, também, conhecer os outros problemas que as escolas vêm enfrentando, dentre eles podemos citar: precariedade do espaço físico, ausência de espaços apropriados para práticas ligadas ao camponês, dificuldades de deslocamento com a ausência de transporte e estradas não pavimentadas e ausência de qualificação adequada à educação do campo para professores e dirigentes. Esse contexto, vivenciado pelas escolas no campo, sinaliza não só a necessidade de maiores reflexões acerca de uma Geografia que valoriza o cotidiano do aluno, mas aponta para a necessidade de políticas públicas direcionadas para o ensino no campo que atendam aos anseios do educando camponês e a comunidade na qual está inserida.

Palavras-chave: educação no/do campo, ensino, geografia, campesinato.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a preocupação com a educação no campo, segundo Ribeiro e Souza (2006), data de 1910, quando a intensa migração do campo para a cidade faz com que o ensino no campo passe a ser visto como uma solução para contê-las. Já na década de 1980, as lutas pela terra ocasionaram a migração do homem para o campo e, assim, as

¹ Destaca-se que apesar da pesquisa ter sido apresentada e aprovada no doutorado no ano de 2008, a preocupação com a educação do campo, particularmente com a Geografia que atenda o cotidiano do alunado do campo iniciou em 2004, a partir das orientações de monografias sobre as escolas localizadas no campo. Ainda, na busca de aprofundar as análises sobre a educação no campo, em 2007, inicia-se uma pesquisa financiada pela UEG, com a participação de um bolsista e um professor da Escola Família Agrícola de Goiás.

² Doutoranda da pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – Presidente Prudente e professora do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás UnU Cora Coralina.

³ Orientador e professor doutor da pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista- Presidente Prudente.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

reivindicações de escolas no campo passam a ser constantes, entretanto o camponês passou a vislumbrar não só uma escola no campo, mas uma escola para o campo que atenda aos anseios do camponês e que trabalhe os elementos sócio-culturais do homem do campo.

Apesar dessas reivindicações, a realidade da escolarização do campo no século XXI ainda é muito precária. É possível dizer que em muitos locais se faz a reprodução do modelo das escolas da cidade ou o transporte dos alunos moradores no campo para escolas localizadas na cidade. No estado de Goiás-Brasil ainda é muito comum escolas no campo sem Projeto Político e Pedagógico que atendam à população do campo. Nesse contexto, chama a atenção o município de Goiás que possui 23 Projetos de Assentamentos, com mais de 600 famílias, cinco escolas multisseriadas, quatro escolas pólo e uma Escola Família Agrícola, criadas para atender os filhos desses assentados e pequenos produtores.

Nessa pesquisa, a Escola Família Agrícola de Goiás, e as escolas pólos municipais Holanda, Olimpya Angélica de Lima e Terezinha de Jesus Rocha são o ponto de partida dessa pesquisa que, tem como objetivo saber se as escolas situadas no campo estão trabalhando com o ensino de Geografia que valorize o modo de vida camponesa.

Na pesquisa, foi necessário, primeiramente, o procedimento com documentação indireta, como o levantamento e análise de fontes secundárias (bibliográficas) com localização das obras relacionadas e com as categorias educação no campo e o campesinato. Ainda, para averiguar se o ensino de Geografia das escolas localizadas no campo de Goiás trabalham os elementos sócio-culturais que contribuem para o fortalecimento do campesinato no município, foram imprescindíveis as fontes primárias, com análises dos documentos oficiais, como o Projeto Político Pedagógico das escolas e, ainda, arquivos particulares e fontes não escritas, além de entrevistas padronizadas com os gestores das escolas e com os professores de Geografia. Foram utilizadas, também, análises dos recursos pedagógicos como o livro didático de Geografia utilizado nas escolas.

Na pesquisa de campo ficou constatado que apenas uma, entre as quatro escolas, teve uma maior preocupação pedagógica para adequar-se aos anseios do homem do campo. Essa escola também possui um Projeto Político e Pedagógico que intenta atender os anseios dos educandos campesinos com a metodologia da Pedagogia da Alternância e, ainda, com instrumentos que aproximam a escola da família e a comunidade, como o Plano de Estudo, visitas a família, dentre outros. Já os Projetos Políticos Pedagógicos das demais escolas, não enfatizam e também não apresentam propostas para a valorização da identidade camponesa. Outro elemento a ser apontado nas escolas são as dificuldades dos professores de Geografia das escolas do campo em trabalhar com instrumentos e métodos que valorizem o homem do campo, isso porque há uma deficiência considerável de conhecimento teórico e prático ligado à realidade do homem do campo. Ainda, os livros didáticos de Geografia adotados pelas Escolas estão voltados para o educando que mora na área urbana, priorizando uma análise dos elementos sócio-culturais urbanos.

Essa pesquisa tem permitido saber quais as características da educação que se vêm realizando no município de Goiás e, ainda, quais são as contribuições da educação que se vêm realizando no campo. Essas análises colaboram na construção de proposições para uma Geografia escolar voltada para o camponês.

1 – Repensando os conceitos de campesinato, educação no campo e educação do campo para a práxis da Geografia.

Na reflexão sobre o ensino no campo, é de fundamental importância compreender e repensar as expressões educação no campo e educação do campo e principalmente o

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

campesinato, considerando que os camponeses são os principais sujeitos no processo de ensino aprendizagem no campo. O termo educação no campo, segundo Ribeiro e Souza (2006), expressa um vínculo à localização do ensino, especificamente no campo, sendo que, a educação oferecida pode vir a contemplar a didática e a prática balizada por elementos sócio culturais urbanos, aumentando a dicotomia entre campo e cidade. Já o termo educação do campo possibilita a reflexão e construção da escola do campo que valoriza a identidade camponesa e que possua uma pluralidade das ideias e das concepções pedagógicas não só da cidade, mas também do campo.

Portanto, a Geografia trabalhada na escola no campo deve reconhecer a pluralidade cultural do campo e possibilitar que o cotidiano do camponês seja priorizado nas teorias e práticas desse componente.

Um outro conceito de suma importância para a Geografia voltada para o trabalhador do campo é o campesinato. Esse conceito vem sendo discutido a partir de três paradigmas: o fim do campesinato, o fim do fim do campesinato e o da metamorfose do campesinato, sendo que:

O paradigma do fim do campesinato compreende que o campesinato está em vias de extinção. O paradigma do fim do fim do campesinato entende a sua existência a partir de sua resistência. O paradigma da metamorfose do campesinato acredita na sua mudança em agricultor familiar. (FERNANDES, 2004, p. 4)

Nessa pesquisa adota-se o paradigma do fim do fim do campesinato partindo do conceito de Bernardo Mançano Fernandes que estabelece critérios para a definição de campesinato, sendo elas “a questão das diferenças ideológicas dos paradigmas, o limite do trabalho familiar e de sua extensão em trabalho assalariado em número nunca maior que o número de membros da família”. (FERNANDES, 2004, p. 5). Portanto, o camponês é aquele que sobrevive do trabalho familiar que é alicerçado nas práticas de produção desenvolvidas nas ideologias próprias do camponês.

Somados a estes critérios, acrescenta-se outros ao conceito de campesinato como o modo de vida camponês que se apresenta com características variadas nas escalas locais e regionais do território brasileiro, sendo essas determinantes para diferenciar o camponês do agricultor patronal. Dentre os vários elementos característicos do modo de vida camponês destaca-se a relação afetiva estabelecida com a terra e com a comunidade vizinha, representada pela cooperação, o mutirão e as reuniões festivas e, também, hábitos, costumes e valores na prática agrícola diferenciado da patronal e que são passados de pais para filhos e a participação, em sua maioria simbólica, das crianças nas atividades agrícolas.

2 – Encontros e desencontros no ensino formal no campo do Brasil

Para entender a dinâmica da educação no campo no Brasil é necessário remontar e interpretar sua evolução nos diferentes momentos históricos, bem como suas influências político ideológicas. Nesse processo, o desinteresse com a educação no campo, por parte das lideranças brasileiras, prevaleceu até que a sociedade percebeu a necessidade da educação no campo, fato esse que segundo Leite (2002, p. 28) ocorreu “por ocasião do forte movimento migratório interno dos anos 1910/1920, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciavam um processo de industrialização mais ampla”.

Em 1929 ocorre a Conferência Nacional de Educação que tratou da educação rural, entretanto é em 1930 que a educação no campo ganha impulso com uma educação que pretendia conter as tensões sociais. Assim, Paiva (1987, p. 128) destaca que fundam-se

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

associações destinadas a favorecer o desenvolvimento da educação no campo e as ideias do ruralismo pedagógico mexicano e a metodologia de suas missões rurais são difundidos e os cursos de capacitação do magistério rural começam a serem organizados.

Em 1935 é realizado o 1º Congresso Nacional de Ensino Regional. Com ele surge a ideia de fundar escolas normais rurais, o que se efetivou através da escola normal em Juazeiro, no Ceará. Nesse contexto, Paiva (1987) destaca que foi introduzida uma cadeira de ensino rural na escola normal de Goiás após a década de 1930.

Em 1937 foi fundada a Sociedade Brasileira de Educação Rural com o intuito de propagar a educação rural para que inibisse a migração rural-urbana e garantisse a ordem social

Diante da criação de propostas de educação no campo, apesar das iniciativas dotadas de boa intenção, não há uma expressiva melhora na educação no campo. É nesse período que cresce o interesse internacional na educação, com ajudas do Governo Americano e da Organização das Nações Unidas.

Surgem os projetos de educação apresentados pelos programas de Extensão Rural, que segundo Leite (2002, p. 34), eles apresentaram:

Um modelo de educação e de organização sócio-produtor que permitia a proliferação de um tipo de escolaridade informal cujos princípios perpetuavam a visão tradicional colonialista-explorativa, só que, doravante, com uma rotulação liberal moderna: desenvolvimento agrário.

Nesse momento tem-se a participação da fundação Rockefeller, com apoio financeiro à ACAR/EMATER, que demonstra claramente suas posições ideológicas de levar a uma dependência econômica os países periféricos com a criação do plano denominado de "Revolução Verde". Percebe-se que o projeto de educação do campo se perde no projeto para modernizar as técnicas de produção agrícola no Brasil. Paralelo a isso, as bases para o desenvolvimento da educação no campo no Brasil, na perspectiva do capital se fortalece e, para contrapor essa dicotomia surge, em 1952, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), que estabelecia seus objetivos, dentre outros, em pesquisas sobre as condições de vida rural, técnicas e serviços educativos no meio rural.

Entretanto, a CNER acabou preparando mão-de-obra do campo para o mercado de trabalho, pois segundo Leite (2001, p. 37), a CNER "ao realizar seu trabalho educativo, desconsiderou as condições naturais dos grupos campestres, ou mesmo seus elementos integrativos, quer políticos, sociais ou culturais".

Posteriormente, em 1958 é criada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), que Queiroz (1997, p. 27) destaca que ela "pretendia ser um programa experimental destinado à educação popular em geral". Por ser um programa experimental, ela pretendia realizar um levantamento de dados das condições sociais, econômicas e culturais das áreas rurais e formação de professores para as novas escolas em uma mesma perspectiva da extensão rural e, ainda, ter classes para analfabetos com mais de 15 anos. Nesse contexto, percebe-se também que a educação no campo era reduzida apenas à alfabetização.

A campanha cresceu e, segundo Ribeiro e Souza (2006), no Estado de Goiás teve o município de Catalão como primeiro projeto a ser desenvolvido, servindo de base para outros que surgiram em todo o Brasil e, assim, em 1961 já existiam 34 Centros em todo o país.

Em 1960 foi criado o Movimento Educacional de Base (MEB), idealizado na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e com apoio financeiro do Governo

Federal, através do Ministério da Educação e Cultura e de outras instituições federais. Esse movimento, teve como sustentação ideológica:

O trabalho desenvolvido pelas ligas camponesas, sindicatos de trabalhadores rurais e outras entidades semelhantes, em favor dos desprotegidos da zona rural, cuja culminância se deu com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, Lei 4214, sancionada em 2 de março de 1963. (LEITE, 2002, p. 40)

Apesar da importante influência da Igreja através da CNBB com a fundação do MEB, o ensino foi confiado a leigos, que a partir de então mantinham a responsabilidade de "realizar um trabalho de promoção humana através da educação do povo, sem propósitos evangelizadores". Após sua expansão, o MEB viu-se ultrapassado em seus objetivos, uma vez que a educação deveria ser veículo de comunicação a serviço da transformação do mundo. Em meados dos anos de 1963 a 1964, o MEB centraliza seus objetivos baseados em uma política de transformação da estrutura capitalista.

Tais objetivos tiveram como pilar o método de Educação Popular de Paulo Freire, que tanto o campo como o espaço urbano tiveram como suporte filosófico-ideológico os valores e o universo socio-lingüístico-cultural desse mesmo grupo.

O MEB ganha credibilidade e é reconhecida sua importância na promoção inovadora de métodos para a educação no campo. Em 1963 já havia sido implantado em 14 estados brasileiros.

No período da Ditadura Militar (1964/1985) a Educação no campo sofre drásticas conseqüências. Os programas e iniciativas direcionadas à Educação no campo em sua maioria são extintos ou sofre mudanças ideológicas. Os programas de educação de adultos, de base e popular passam a atender os interesses da expansão do capital e suas metodologias e práticas, que possibilitavam e representavam o progresso dos interesses da educação no campo, são reprimidos pelo Governo Militar.

Concomitantemente a essas mudanças, no lugar de uma Reforma Agrária com ampla distribuição de terras, ocorre no Brasil a modernização da agricultura. Assim, a agricultura de subsistência, caracterizada pela produção familiar e comercialização do excedente, é substituída pelas empresas rurais em uma busca desenfreada por lucro. Impulsionado pela Revolução Verde, esse processo injeta na agricultura o uso de máquinas, fertilizantes, elementos químicos e novas variedades de sementes. Soma-se a esse processo, a industrialização da agricultura e o complexo agroindustrial.

No processo de construção da educação no campo até então apresentado, fica explícito o descaso em geral com a população do campo. Os programas e projetos pensados e desenvolvidos, em sua maioria, apresentavam interesses ideológicos do capitalismo, idealizados pela modernização e industrialização da agricultura.

Os inúmeros retrocessos que a educação no campo sofreu sob os projetos de modernização da agricultura no país, levou à criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Goiânia no ano de 1975 e, posteriormente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sul do país, no ano de 1984. Ambos nascem a partir da exclusão, miséria e violência na qual se encontrava a comunidade do campo que buscava justiça.

A preocupação do MST se estende para a educação do campo. Os valores construídos e recriados pela ânsia de Reforma Agrária na igualdade de direitos sob a terra e na tentativa de acabar com o latifúndio no país são vivenciados nas palavras de ordem do Movimento: "Sempre é tempo de aprender" e "todos Sem Terra na escola".

Desse modo, o Movimento assume uma formação pedagógica em que as pessoas que o constituem são seus principais sujeitos. Passa-se a querer uma escola que não esteja somente no campo, mas que faça parte da realidade camponesa.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

Na década de 1990 os movimentos por uma educação no campo se intensificam, o que levou a instituição, na LDB 9394/96, dos direitos a uma educação diferenciada para o campo, visando atender os anseios dos camponeses.

A luta por uma educação do campo continuou resignificada pela construção de um novo modelo de educação e pela construção do paradigma da Educação do Campo. Nesse contexto, em julho de 1997, ocorre o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), em de Brasília. O evento reuniu cinco entidades: a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Movimento dos Sem Terra (MST), a Universidade de Brasília (UnB), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

Em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria N°. 10/98, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA que tem como objetivo “proporcionar educação aos jovens e adultos assentados em comunidades rurais mediante processo de Reforma Agrária (ANDRADE E PIERRO, 2004, p. 22). No ano de 2001, o Programa é incorporado ao INCRA que, por meio de manual de operações, vem estimulando e financiando o funcionamento dos cursos superiores de licenciatura em Pedagogia, Geografia, História e o curso de Agronomia e de Direito Agrário, todos voltados para o camponês. Esses cursos superiores são realizados a partir de parceria com as Universidades Federais e Estaduais espalhadas no Brasil e com as organizações e movimentos no campo. O número de Universidades que participam vêm variando e o ano com maior número de parceria foi em 1999, totalizando 37.

As ações por uma educação do campo se fortaleceram e, em 1998, acontece a I Conferência Nacional: Por uma Educação Básica do campo, em Luziânia (GO), que aconteceu nos dias 27 a 30 de julho. Após essa ação é lançado quatro cadernos, resultado das reflexões ocorridas nas conferências e outras ações ligados a educação no/do campo. Todas essas ações culminaram nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, legalizada na Resolução CNE/CEB nº1, de 03 de abril de 2002. A mobilização continuou e ocorreu o I Seminário Nacional Por Uma Educação do Campo em Brasília no dia 26 a 29 de novembro de 2002.

Em 2004 é lançado o 5º caderno da Conferência, a partir de discussões mais amplas e a participação de outros movimentos como o MPA (Movimentos dos Pequenos Agricultores) e o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Esse caderno permaneceu imbuído de conquistas e, sobretudo, com uma metodologia pedagógica calcada na realidade dos movimentos sociais. Em 2005, ocorreu o I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo que reuniu cerca de 70 pesquisadores do Brasil, nesse foram levantadas várias propostas para o fortalecimento da educação do campo. O II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo, ocorreu em 2008 e contou a participação de 150 pesquisadores e tinha como objetivo fazer um balanço do estado da arte da pesquisa em Educação do campo, promover o debate sobre os paradigmas da Educação do Campo, estimular a articulação entre pesquisadores da Educação do Campo.

Em Goiás, as ações por uma educação no campo, são destacadas por Ribeiro e Souza (2006, p.87):

(...) a Secretaria de Estado da Educação criou uma comissão para melhor tratar da educação do campo. Esta desenvolveu também o Projeto da Escola de Acampamento. Outra ação no estado, em Goiás, foram os Seminários de Educação do Meio Rural. Nesses foram constituídos o Comitê Executivo de Educação do Campo do Estado de Goiás com representações de vários seguimentos ligados ao campo.

Mesmo com mobilização e novas discussões por uma educação do campo, em Goiás, o esquecimento para com a educação do campo permanece, pois segundo Ribeiro e Souza (2006) no estado de Goiás⁴, em 2002, 18,59% da população rural, eram analfabetos, sendo que, para a população urbana esse quantitativo era menos da metade, com 9,32%.

Outra práxis que comprova o descaso com a educação no campo é o fechamento das escolas no campo que trabalham com o ensino fundamental e a ausência de escolas que ofereçam o ensino médio. Nesse contexto, em Goiás, no ano de 2004, 58.894 alunos foram matriculados no ensino fundamental das escolas no campo e apenas 3.429 no ensino médio. Esses fatos têm culminado no transporte de alunos, conforme apresentado na tabela 1, que moram no campo para as escolas situadas nas áreas urbanas dos municípios.

Tabela – 1- Alunos transportados do campo para a cidade em 2004 em Goiás.

Pelo Estado	Pelos municípios	Total
49.237	65.483	114.720

Fonte: RIBEIRO, V. S; SOUZA, F.E. de. A educação Escolar no campo em Goiás. In: __ **Pedagogia da Alternância: construindo a educação do campo.** Goiânia: ed Universa: 2006.

Como já destacado, esses dados são preocupantes, pois esses alunos passam a maior parte de sua vida em escolas que desconhecem a sua realidade e, assim, acabam se desestimulando para a freqüência nas escolas. Por outro lado, vítimas do preconceito contra o homem do campo, parte dos os alunos acabam buscando a área urbana para fixar definitivamente sua moradia provocando o esvaziamento do campo.

Essas mazelas na Educação do campo é o legado de uma história que foi instrumento da politicagem e do capitalismo praticados até então e que ainda perdura, segundo Nascimento (2004, p.07) “o que se vê no Estado de Goiás é o absurdo de se usar o sistema de educação como cabide de emprego onde não há nenhum compromisso ético e moral com a transformação do meio sócio-cultural.”.

No município de Goiás, com a formação dos 23 assentamentos, a partir da década de 1980, as escolas no campo e do campo se tornaram uma necessidade e, assim, as escolas surgiram para atender as demandas da educação escolar no campo.

3 – Olhares a cerca do ensino no campo a partir das escolas do município de Goiás⁵

Como já foi destacado anteriormente, as escolas situadas no campo do município de Goiás são o ponto de partida para analisar e para se pensar no papel do ensino de Geografia para o fortalecimento do campesinato, nesse processo, apresentamos, sem a pretensão de realizar uma análise comparativa, algumas análises sobre a formação e a situação das escolas situadas no campo do município de Goiás e também, sobre a teoria e a práxis da Geografia escolar.

Dentre as quatro escolas analisadas, há a Escola Família Agrícola de Goiás (EFAGO) que foi fundada no ano de 1992, com a participação de membros do Projeto de

⁴ A população total de Goiás, em 2002, era de 5.210.335 sendo, 4.618.320 considerada urbana e 615.025 rural.

⁵ Como essa pesquisa “O papel da Geografia escolar no campo para o fortalecimento do campesinato no município de Goiás” ainda está sendo desenvolvida ainda não foi possível aprofundar no processo de ensino aprendizagem de Geografia nas escolas no campo.

Assentamento Mosquito, Rancho Grande e Retiro Velho, no entanto, a escola só iniciou suas atividades em 1994 num prédio provisório cedido pela escola do Lar São José com uma turma de 23 alunos. Posteriormente, mudou-se para o prédio recém-construído no meio rural do município de Goiás, num local denominado Arraial dos Ferreiros, cerca de 6 km da área urbana, em um espaço de 7,2 ha, de propriedade da Associação de Pais e Alunos da EFAGO. A Escola Família Agrícola de Goiás é regida pela Associação de Pais e Alunos, que a mantém parcialmente, pois o estado assume parte das despesas da escola com o custeamento dos salários dos professores.

Essa escola atende o ensino fundamental de 7º a 9ºanos e o ensino médio de 1ª a 3ª série além do ensino profissionalizante técnico em agropecuária. É preciso ressaltar que devido aos problemas financeiros essa escola que, atendia todas as séries do ensino fundamental, passou no ano de 2006, a desativá-lo gradativamente. No ano de 2008, ela matriculou 75 alunos atendidos por 13 professores. O sistema de ensino da escola é o da alternância, em regime de semi-internato, em que o alunado permanece 15 dias na escola e 15 dias na sua propriedade, entretanto, Jesus (2004) ressaltava que ela é uma pedagogia que não se preocupa apenas com a formação, mas, ao mesmo tempo promove uma ação integrada junto à família.

Essa escola atende 12 assentamentos localizados no município de Goiás são eles: Bom Sucesso, Engenho Velho, Mosquito, São Felipe, Paraíso, Lavrinha, Magali, Mata do Baú, São Carlos Retiro, Rancho Grande e Serra Dourada, além de mais um assentamento localizado no município de Araguapaz denominado de Taquaral.

A EFAGO utiliza instrumentos pedagógicos específicos na integração escola-família-comunidade, esses instrumentos são a visita à família e comunidade, levando ao conhecimento dessas instâncias à Escola e os anseios da comunidade para a escola; Plano de Estudo (PE); Trabalho Prático que desenvolve atividades de olericultura e agropecuária com espaços que servem de laboratório como a horta, apicultura, experimento com leguminosas, práticas de adubação orgânica, produção de mudas, campo de produção de sementes de milho crioulo e pomar com plantas frutíferas.

Outra escola que é objeto de estudo dessa pesquisa e a Escola Municipal Olimpya Angélica de Lima que foi criada em 29 de setembro de 1992, essa escola está localizada no meio rural, especificamente no Projeto de Assentamento São Carlos com uma distância de 51 km da área urbana do município de Goiás, sendo que, 18 km são de estrada não pavimentada e 34 km são de estrada pavimentada. No ano de 2008 foram matriculados 151 alunos que contam com 11 professores.

Sua criação se deu a partir das reivindicações dos moradores da região, objetivando atender as necessidades dos alunos moradores dos assentamentos. Ela atende o Projeto de Assentamento São Carlos, Buriti Queimado e União dos Buritis e outras propriedades agrícolas, esse atendimento se dá, em regime de externato, atendendo o ensino infantil jardim I, II e III, e o ensino fundamental do 1º ao 9º anos. A Escola Municipal Olimpya Angélica de Lima possui bom acervo de livros e material pedagógico, o que facilita o desenvolvimento das atividades escolares desde que os professores busquem associar os conteúdos dos livros com a realidade dos alunos camponeses.

A Escola Municipal Holanda, foi criada em março de 2005, e esta localizada na comunidade do assentamento denominado de Holanda, no meio rural, distante 23 km da área urbana do município de Goiás. Ela possui 13 professores com um alunado eminentemente do campo, sendo que foram matriculados em 2008, 188 alunos. Ela atende sete assentamentos sendo eles: Holanda, Engenho Velho, Baratinha, Vila boa, Paraíso, Dom Tomas, São João do Bugre. O assentamento mais distante tem 75 km, sendo quatro linhas a serem percorridas para a coleta dos alunos e uma para os professores.

Essa escola atende o ensino infantil jardim I, II, III e o ensino fundamental de 1º a 9º anos, sendo que suas atividades de ensino funcionam no prédio da Associação Holanda em regime de externato. Os instrumentos pedagógicos são basicamente quadro giz aparelhos de DVD, televisão, vídeo, retro-projetor, e livros didáticos conseguidos por meio de doações.

Em 1999, foi criada a Escola Municipal Terezinha de Jesus Rocha, localizada no distrito de Buenolândia. No ano de 2007, foram matriculados 126 alunos, oriundos de seis projetos de assentamentos, sendo os mesmos: São João da Lavrinha, Mata do Baú, Magali, Novo Horizonte I e II, Rancho Grande e Mosquito. A Escola visa atender a educação infantil e ao ensino fundamental, funcionando no período vespertino, para atender os alunos que moram no campo, pois os mesmos dependem de transporte para chegar até a Escola.

Por fim, é preciso ressaltar que as escolas nasceram das reivindicações dos camponeses que encontravam dificuldades de deslocar seus filhos até à cidade do município de Goiás, e ainda por estarem mais próximas da realidade do campo. Essas escolas atendem todos os 23 assentamentos do município de Goiás e comunidades rurais e, dos 653 alunos, que estão matriculados nas escolas localizadas no campo desse município, 540 alunos estão matriculados nessas escolas.

Além dessa sucinta apresentação das escolas, a pesquisa direta também permitiu algumas considerações gerais sobre essas, como:

- das quatro escolas, três trabalharam inicialmente com um PPP (Projeto Político Pedagógico) elaborado pela Secretaria Municipal de Educação do município de Goiás que, em suma, não atendia suas reais necessidades. Ainda, é comum encontrar no PPP das escolas, matrizes curriculares com conteúdos urbanos, sem a apresentação de uma proposta complementar que atenda a realidade dos educandos do campo. Ainda, apenas em uma, dentre as escolas, os conteúdos estão direcionados à identificação e reconhecimento do papel e as funções da família e comunidade na formação do camponês;
- apenas uma escola possui o ensino médio e o profissionalizante;
- os instrumentos pedagógicos que valorizam os elementos sócio-culturais do homem do campo são limitados e os instrumentos pedagógicos que essas escolas dispõem são pouco aproveitados;
- somente uma, entre as escolas, possui currículo e calendário mais flexível, sendo que esse último permite a participação do alunado nas atividades agrícolas;
- problemas no transporte escolar de alunos e de professores, nas quatro escolas, causados pela precariedade ou ausências de transporte, além de estradas inadequadas ao tráfego;
- das quatro escolas, três não possuem espaços para a prática pedagógica ligada a realidade do homem do campo, sendo que uma possui, no entanto, está sub-aproveitado;
- dificuldades financeira para manter a escola funcionando, ocasionando o fechamento, gradativo, do ensino fundamental em uma das escolas;
- todas as escolas apresentam número significativo de evasão;
- alta rotatividade de professores e dirigentes o que dificulta a qualificação continuada voltada para a educação do campo;

A partir desse panorama das escolas no campo indagamos primeiramente que tipo de escolas se faz necessária para o homem do campo, nesse sentido, alguns elementos são

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

primordiais para se pensar, tais como: em que campo está inserido essas escolas e quais são os sujeitos pertencentes a elas.

Se o campo, conforme destacado por Alberto Passos Guimarães (1982), já foi o senhor das cidades no Brasil, a partir do século XX ele passa a ser visto como um espaço prosaico do atraso e ser eleito como um lugar apenas para a produção agrícola. A modernidade passa a ser associada à vida na cidade. Viver no campo passa a ser considerado sinônimo de atraso, uma vida desprovida de perspectiva de “futuro”.

A realidade é que o campo no Brasil é resultante de quatro séculos de escravidão e apresenta várias configurações, mas duas são marcantes: a extrema concentração fundiária marcada por latifúndios improdutivos e pelo domínio da monocultura para a exportação e o campo dos camponeses, onde convivem identidades plurais. Nessa última configuração o campo é também o lugar de vida, trabalho e cultura, e nos últimos anos tem sido palco de resistência e luta pela terra.

Já os sujeitos das escolas situadas no campo são os camponeses (alunos e comunidades), professores, auxiliares e dirigentes da escola. Assim, quando se pensa no papel da escola deve-se pensar em um projeto de escola que congregue os anseios desses sujeitos construídos por eles, em parceria com o corpo escolar e, para isso esses últimos precisam conhecer, entender e analisar o espaço e o tempo no campo, não é possível apenas uma transposição da escola urbana para a escola no campo.

É preciso analisar primeiro o sujeito principal da escola para depois se pensar nos elementos necessários para compor a escola do campo. Nesse momento que, estabelecido a parceria com a comunidade escolar, pode-se construir um Projeto Político e Pedagógico (PPP) voltado para os camponeses. Entretanto, é imprescindível pensar em um currículo voltado para o campo considerando o currículo oculto do professorado que, em sua maioria, vivenciam somente a cidade.

No PPP, os métodos, os procedimentos metodológicos, os recursos, os espaços e as atividades podem ser melhores pensados e adequados ao camponês. A proposta de atividades práticas associadas à teoria, poderão ir além da implantação de uma horta, aqui pode se pensar nas atividades que atendam aos objetivos de ensino, sobretudo ligado a comunidade camponesa. O calendário pode e deve ser definido conforme os anseios dos campesinos.

O levantamento dos principais problemas ligados a escolas e as estratégias de ações para superar os mesmos também são estabelecidas no PPP da escola. Nesse momento pode-se pensar em ações de reivindicações para sanar os problemas ligados à infraestrutura das escolas e às vias de acesso às mesmas. Não se trata de assumir a responsabilidade das autoridades governamentais, mas em conjunto com a comunidade, estabelecer estratégias de reivindicações e conquistas. Nesse contexto, as escolas necessárias para o camponês são as escolas pensadas por eles e a partir deles, ou seja, escolas com potencial para efetivar sua concepção de campo.

Outro objeto da pesquisa foram os professores de Geografias dessas escolas. Nas entrevistas realizadas com os quatro professores constatou-se que:

- há pouco conhecimento da realidade campesina, tanto da teoria quanto da prática camponesa tendo como conseqüência a desconstrução da identidade camponesa. Dentre os professores de Geografia, dois demonstraram um pouco mais de conhecimento e interesse com a realidade do camponês. Quando perguntado o que é educação do campo, um professor apontou que é *“uma educação voltada para o setor rural”* e outro destacou que é o *“movimento de valorização da vida do campo, meio e resistência de formar o conhecimento em meio à globalização”*. Percebe-se que a primeira

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

resposta ficou um tanto vaga não apresentando um conceito e não denominando de que forma deveria ser uma educação voltada para o campo. Já na segunda resposta o professor deixa claro que possui uma leitura e interesse na valorização e reconhecimento da realidade camponesa;

- todos professores de Geografia acreditam que esse componente pode ser trabalhado partindo da realidade do campo o que é extremamente positivo para os educandos camponeses;
- os professores de Geografia abordam que há falta de material didático específicos para trabalhar com os alunos do campo;
- é restrito ou nulo o conhecimento, de parte dos professores de Geografia, sobre as Diretrizes Operacionais Por Uma Educação do Campo, pois os professores, de apenas uma das escolas, têm conhecimento dessas, o que contribui para uma natural dificuldade em aglutinar a realidade do alunado do campo com a disciplina de Geografia;
- ausência de formação que estimule a valorização do cotidiano do aluno;
- precária formação específica para os profissionais da educação no campo.

Os apontamentos ligados aos professores de Geografia sinalizam a necessidade de se pensar primeiramente em qual o papel da Geografia escolar para o campesinato? Que Geografia deve ser trabalhada nas escolas do campo? Quais as categorias devem ser elencadas para se pensar em uma Geografia voltada para o homem do campo?

Essas questões podem e devem fazer parte dos cursos de formação de professores de Geografia. A priorização da diversidade na formação de professores já é um elemento reconhecido como de fundamental importância e, dessa forma, é possível inserir o campo no currículo dos cursos superiores.

Também nesse momento, a comunidade deverá ser envolvida, pois, torna-se inexecutável um PPP de cursos de formação de professores sem a participação das comunidades na qual o curso está inserido. Assim, caberá aos cursos superiores, em conjunto com a comunidade, refletir e delinear os pilares para estabelecer qual o papel da Geografia escolar para o campesinato e, ainda, que Geografia deve ser trabalhada nas escolas do campo e quais as categorias devem ser elencadas para se pensar em uma Geografia voltada para o homem do campo.

Nesse processo, a Geografia dita acadêmica pode ampliar sua transposição nas escolas de ensino básico que estão no campo de modo a superar a dicotomia entre Geografia acadêmica e Geografia escolar. Priorizado esse perfil de formação ampliam-se as possibilidades do professorado de elaborar, juntamente com os alunos e comunidade camponesa, uma proposta de ensino interativa entre escola e comunidade, ou seja, é possível pensar em uma Geografia escolar voltada para o cotidiano do alunado com a responsabilidade de superar a dicotomia entre campo e cidade.

Outra análise realizada foi a dos livros didáticos de Geografia utilizada pelas escolas que é a coleção Geografia Crítica de José William Vesentini e Vânia Vlach editado pela Ática no ano de 2004. Essa coleção foi trabalhada por quatro anos nas Escolas Municipais, sendo que o ano de 2007 foi o último ano. Nessas análises percebemos que:

- os quatro volumes da coleção apresentam-se com boa encadernação e bom padrão de escrita. Os conteúdos são eminentemente textuais e acompanhados de ilustrações como figuras, mapas e gráficos. Em todos os capítulos são apresentadas atividades complementares que são relacionadas

ao conteúdo e instigam a interpretação e criticidade. No final de cada volume existe um glossário com termos novos apresentados nos livros;

- os conteúdos dos livros não mencionam termos relacionados com a realidade do campo e nem dos alunos que estão no campo, dificultado aos alunos pensar e se identificar com o seu cotidiano;
- a proposta de conteúdo da coleção é uma abordagem que permite ao aluno dialogar, pensar e construir sua própria criticidade acerca da realidade do espaço mundial, no entanto, quanto a realidade local apresenta uma ênfase para a realidade urbana, cabendo ao professor a preocupação com uma práxis que permita aproximar o conteúdo a realidade campesina;
- o estudo do espaço rural é priorizado somente no 2º volume explicitando mais a Geografia agrícola que a agrária representados nesse trecho que aponta: “a agricultura, a pecuária e o extrativismo, sofreram transformações tão profundas a partir da Revolução Industrial”. (VESENTINI E VLACH 2004, p. 85);
- há uma valorização do trabalho familiar, no entanto, percebe-se um destaque para a produção agrícola e não para a vida no campo, que Vesentini e Vlach (2004, p.93), assim especificam: “as pequenas propriedades rurais, cultivadas com o trabalho familiar, têm importância fundamental no Brasil. São essas propriedades que garantem o fornecimento de gêneros alimentícios aos grandes centros urbanos do país”. Tal abordagem explicita a valorização do campo como um espaço de produção agrícola, desmerecendo a importância que o campo tem como reprodução a vida com seus costumes e valores.
- os livros mencionam a “Reforma Agrária como: “uma necessidade urgente”, na qual é abordada a problemática do latifúndio em detrimento a milhões de famílias ‘camponesas’ sem terra para cultivar”. Fato que leva a conflitos e provoca um caos no campo. Há que se ressaltar a importância ímpar dessa unidade para o estudo da Geografia com a eleição da categoria camponesa. Primeiro, porque tal abordagem é recente nos livros didáticos de Geografia do ensino formal, e segundo porque pode-se perceber a importância do campo para a sociedade, e mais que isso, o estudo da mesma nos diferentes setores da sociedade. Ainda, quando o autor trabalha com a categoria camponês, ele reconhece a sua existência e resistência no meio capitalista. Nas demais unidades da coleção, não há menção específica do espaço campesino o que pode contribuir para o enfraquecimento do campesinato, uma vez que o aluno não reconhece sua identidade nos livros didáticos.

Por fim, cabe ressaltar que apesar das fragilidades encontradas nos livros de Geografia, esses são apenas instrumentos que auxiliam na aprendizagem. É na práxis que essas lacunas serão suprimidas, com métodos e metodologias voltadas para o ensino de Geografia que valoriza o cotidiano da comunidade campesina, afinal, como destacou Schaaffer (1999), “o pior livro pode ficar bom na sala de um bom professor” .

CONSIDERAÇÕES

Essa pesquisa permitiu concluir que a educação no campo no Brasil, ao longo da história, foi instrumento de políticas governamentais, efetuada através de programas e projetos voltados para conter os problemas urbanos ocasionados pela crescente migração

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click “print”, select the “Broadgun pdfMachine printer” and that’s it! Get yours now!

do campo para a cidade. Nesse processo, as políticas desenvolvidas até a década de 1980 para o ensino no campo foram emergenciais e não apresentaram grandes mudanças às necessidades específicas para o campo.

No início da década de 1990, toma impulso o movimento por uma educação no campo que atenda a realidade do camponês, entretanto o ensino no campo ainda apresenta sérios problemas que parte das precárias instalações, ausência de material didático específico e ainda uma deficiência considerável na formação e acompanhamento dos profissionais que atuam nas escolas que estão no campo. Essa situação é vivenciada no descaso com a assistência tanto pedagógica quanto financeira para as escolas, o que leva a uma desvalorização ainda maior dos elementos sócio-culturais do homem do campo.

No município de Goiás, a realidade da educação não foge à regra. As maiorias das escolas iniciaram suas atividades sem nenhum projeto específico para atender o homem do campo, mesmo após a reformulação desses documentos, os mesmos possuem poucos elementos que priorizam a educação do campo. Ainda, os professores lotados nessa escola possuem dificuldades de reconhecer os principais anseios do educando campesino, o que leva a um enfraquecimento do campesinato no município de Goiás.

Atualmente, iniciativas vêm sendo tomadas para reverter essa situação, bem como discussões com o intuito de formar professores para atuarem no campo. Esses fatos sinalizam para o reconhecimento dos elementos sócio-culturais do homem do campo e a real necessidade de se ter uma escola para o campo. Assim, percebe-se que as várias iniciativas, que objetivam melhorar a realidade da educação que é oferecida para o campo, são na maioria da vezes iniciativas que partem das próprias organizações e movimentos sindicais locais. Nesse contexto, percebe-se a necessidade de Políticas Públicas direcionadas para o ensino no/do campo que atenda a realidade do educando campesino.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. R. PIERRO, M.C. A construção de uma política de educação na reforma agrária. In: **A educação na reforma agrária em perspectiva: uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. São Paulo: Ação educativa. Brasília: PRONERA. 2004. p. 19-36 .

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo** – RESOLUÇÃO CNE/CEB N. 1, DE 03 DE ABRIL DE 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Complementares, Normas e princípios para o desenvolvimento d Educação Básica do Campo**. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96, MEC 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Delimitação Conceitual de campesinato**. (texto não publicado) 05 páginas.

GUIMARAÃES, A. **crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!

JESUS, J. N. de. **A Escola Família Agrícola: Contribuições para a agricultura familiar no Município de Goiás 2004.** Goiás, UEG: 2006. 175 pgs. Monografia (Graduação)- Universidade Estadual de Goiás.

LEITE, S. C. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais.** São Paulo: Cortez. 2002.

NASCIMENTO, C. G. do. **Educação Cidadania e políticas Sociais: a luta pela educação básica do campo em Goiás.** Disponível em

:www.rioei.org/deloslectores/752Godoy. PDF. Acesso em: 21 de ago. de 2008

PAIVA, V. P.. **Educação popular e educação de adultos.** 4° ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

QUEIROZ, J. B. P. de. **O processo de implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás.** Goiânia, UFG: 1997. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

RIBEIRO, V. S; SOUZA, F.E. de. A educação Escolar no campo em Goiás. In: **Pedagogia da Alternância: construindo a educação do campo.** Goiânia: ed Universa. 2006.

SCHAFFER, N. O livro didático e o desempenho pedagógico: anotações de apoio a escolha do livro texto. In _____. CATROGIOVANNI, A. C. et all. **Geografia em sala de aula práticas e reflexões.** Porto Alegre: Ed da Universidade. p. 133-147.

VESENTINI, J. W; VLACH, V. **Geografia Crítica.** São Paulo: Ed. Ática. 2004. 2ª edição.

pdfMachine

A pdf writer that produces quality PDF files with ease!

Produce quality PDF files in seconds and preserve the integrity of your original documents. Compatible across nearly all Windows platforms, simply open the document you want to convert, click "print", select the "Broadgun pdfMachine printer" and that's it! Get yours now!